

Declaração de Santo Domingo sobre Justiça Aberta na América Latina e no Caribe

*I Conferência Internacional de Justiça Aberta
Santo Domingo, República Dominicana, 27 e 28 de agosto de 2025*

Preâmbulo

Nós, representantes de organizações da sociedade civil, poderes judiciais, academia e organismos internacionais, reunidos na I Conferência Internacional de Justiça Aberta, em Santo Domingo, República Dominicana:

- Convencidos da importância da independência judicial e do papel fundamental das instituições judiciais para o funcionamento e a consolidação das nossas democracias;
- Cientes de que a abertura, a transparência, a participação cidadã e a prestação de contas são condições indispensáveis para legitimar os sistemas de justiça, fortalecer sua independência e impulsionar a confiança pública;
- Reconhecendo o papel central das organizações da sociedade civil na promoção e apoio às reformas das instituições judiciais, por meio de acompanhamento institucional e conhecimento técnico;
- Persuadidos da necessidade de tecer redes interinstitucionais sólidas e colaborativas para impulsionar o fortalecimento dos sistemas de justiça;
- Alertados de que o acesso a uma justiça eficaz é um direito humano fundamental e um pilar essencial do Estado Democrático de Direito;
- Advertidos da centralidade de envolver todos os níveis da administração da justiça e todos os atores institucionais que integram os sistemas de justiça.

Princípios

Declaramos nossa intenção de trabalhar de forma contínua e colaborativa na promoção e implementação de reformas de justiça aberta, de acordo com os seguintes princípios orientadores:

1. **Participação cidadã:** Fomentar canais presenciais e/ou digitais para que a sociedade civil, a academia e a cidadania contribuam de maneira substantiva no desenho, monitoramento e avaliação de políticas de justiça, bem como na definição de prioridades estratégicas, promovendo sistemas de justiça centrados nas pessoas.
2. **Transparência e acesso à informação:** Promover a publicação proativa, em formatos abertos, de processos, decisões judiciais, sentenças, estatísticas,

informações tanto administrativas quanto jurisdicionais, garantindo o direito de acesso à informação pública e a proteção dos dados pessoais.

3. **Prestação de contas:** Adotar mecanismos, plataformas e ferramentas que permitam informar de maneira clara e compreensível sobre o funcionamento, os resultados e o impacto das instituições judiciais, utilizando linguagem simples e facilitando a compreensão por todos os setores da sociedade.
4. **Colaboração e inovação centrada nas pessoas:** Implementar espaços e ferramentas de inovação institucional e tecnológica que favoreçam a colaboração, como laboratórios de inovação, inteligência artificial e dados abertos, que melhorem a abertura das instituições judiciais e a qualidade de seus serviços, com foco nas pessoas e com as devidas salvaguardas éticas e de direitos humanos.

Compromissos

Comprometemo-nos a:

1. Impulsionar o desenvolvimento e a implementação de políticas e/ou programas de justiça aberta nas instituições do setor de justiça em nível nacional e subnacional, com metas, indicadores e orçamentos claros, elaborados de maneira participativa, e por meio do fortalecimento das capacidades institucionais das instituições judiciais para desenhar, gerir e implementar políticas de justiça aberta.
2. Promover a adoção de marcos normativos e políticas públicas que facilitem e contribuam para a implementação de políticas e reformas de justiça aberta, com as correspondentes alocações orçamentárias.
3. Mobilizar recursos financeiros e técnicos — internos e de cooperação internacional — para projetos inovadores em matéria de transparência, participação cidadã e prestação de contas no setor de justiça.
4. Aproveitar e/ou desenvolver capacidades e conhecimento nas organizações da sociedade civil para a promoção de iniciativas, políticas e projetos de justiça aberta.
5. Estimular a medição e a difusão do progresso das políticas de justiça aberta por meio de indicadores comparáveis e avaliações independentes abertas ao escrutínio público.
6. Aprofundar a geração de conhecimento técnico, sua sistematização e difusão, para respaldar e facilitar a implementação de reformas de justiça aberta baseadas em evidências.
7. Fomentar a cooperação regional e o aprendizado mútuo através de redes de intercâmbio de experiências, capacitação e definição de padrões e boas práticas entre os países da América Latina e do Caribe, assim como com outras regiões.

8. Impulsionar e/ou fortalecer a participação de instituições judiciais e organizações da sociedade civil nos espaços de co-criação nacionais e/ou subnacionais de justiça aberta no marco da Parceria para Governo Aberto (OGP).
9. Estimular a inclusão da perspectiva de igualdade de gênero e interseccionalidade, incorporando nos programas de justiça aberta enfoques diferenciais que atendam às necessidades das mulheres, população LGBTQ+, povos indígenas, comunidades afrodescendentes, pessoas com deficiência e outros grupos historicamente marginalizados.

Chamado à Ação

Convidamos instituições do sistema de justiça, organizações da sociedade civil, academia, governos, organismos internacionais, instâncias de integração e cooperação judicial regional, doadores, empresas de tecnologia e meios de comunicação a apoiar e se somar a esta agenda, convictos de que uma justiça aberta, independente, íntegra e inclusiva, centrada nas pessoas, é condição essencial para o fortalecimento das democracias e o desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe.

Assinado em Santo Domingo, aos 28 dias do mês de agosto de 2025.

Mecanismo de Acompanhamento

Constitui-se um **Comitê Regional de Justiça Aberta (CRJA)**, integrado de maneira paritária por poderes judiciais, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, com o respaldo e acompanhamento da Rede Internacional de Justiça Aberta (RIJA), com as seguintes funções:

- Coordenar a implementação desta Declaração.
- Publicar relatórios anuais de progresso.
- Convocar diálogos regionais e fóruns temáticos.
- Facilitar assistência técnica e mobilizar recursos.